

Comissão Nacional de Política Agrícola: Por ocasião da instalação dos trabalhos desta Comissão, o sr. Ruy Miller Paiva, proferiu uma oração, que transcrevemos em parte :

" Quem olha para a agricultura nacional, em sua extensão, sente no espirito um conflito de apreciações. De um lado sente o desejo de aplaudir certas arrancadas heroicas desses quatrocentos anos de civilização, como sejam: cafe-sais, em linhas intermináveis, abrindo caminho entre as florestas; a borracha, a ser retirada das regiões equatoriais do Amazonas; o gado, a desbravar todo o imenso sertão desse país; tudo feito pela mão do homem, sem maiores auxílios de máquinas e de capital. Não ha duvida que são fatos epicos, que nos arrancam aplausos.

Mas, de outro lado, se se analisa isso tudo com espirito racional, de homem civilizado, sente-se um pouco de revolta ao ver todo o desperdício de homens e de recursos naturais que essas atividades acarretaram e ainda acarretam. O café, em sua corrida para o sertão, pouco deixa atrás de si, em materia de agricultura, conforme se constata por certas regiões do Estado de São Paulo e do Rio; a Amazonia continua a ser um eterno cemiterio de energias humanas e o Norte do país continua amarrado a atividades agricolas, nem sempre produtivas.

Já é " chavão " dizer-se que não se pode fazer do Brasil uma grande nação, sem que se cuide da melhoria de nossa agricultura. Mas isso, ainda hoje constitue pura verdade. São milhões de pessoas vivendo diretamente dessa atividade; e com ela que se obtem as cambiais com que se adquire a materia prima para a industria; e é dela, de seus alimentos baratos, que a industria nacional depende para poder competir com os produtos importados.

No entanto, apesar dessa importância, fica-se pasmo, quando se analisa o sistema de produção no Brasil, do ponto de vista da racionalização e de justiça social. A produção agricola é pequena; o rendimento do trabalho é baixo;

a distribuição de renda entre os que trabalham na agricultura é bastante desigual; e o bem estar social dessa população deixa muito a desejar.

É natural, pois, que se pergunte: o que deve ser feito para melhorar essa situação?

A resposta a essa questão fica naturalmente na dependência de uma análise de suas causas: porque a renda é pequena? Porque a distribuição dessa renda é tão desigual? Porque não existem melhores condições sociais?

Baseados em nossos conhecimentos pessoais, podemos apontar diversas características de nossa agricultura, como fatores determinantes dessa situação. Assim é que encontramos o uso inadequado das terras; a técnica agrícola deficiente; a pequena capacidade de trabalho do homem rural; os preços instáveis e pouco remuneradores dos produtos agrícolas; os preços elevados dos produtos adquiridos pelos agricultores; a falta de maior e melhor subdivisão das terras; a ausência de melhores formas de contratos de trabalho e de arrendamento de terras; e a falta de assistência social.

São essas, a nosso ver, as principais causas da atual situação da nossa agricultura, isto é, da renda pequena e mal distribuída e da falta de melhores condições de vida. Sabemos que nem todos concordam com a enumeração que fizemos. Nem todos reconhecem por exemplo, como uma dessas causas, a falta de melhor divisão das propriedades. No Estado de São Paulo podia-se dizer até há pouco que uma subdivisão maior de suas propriedades não resultaria em um aumento de produção. A agricultura nesse Estado é organizada em base de fazendas de tamanho médio, nas quais os "fazendeiros" chamam si, a função de empresários da exploração, arcando com os riscos a que está sujeito o capital empastado, e fiscalizando a execução de todos os trabalhos aí executados, segundo os seus conhecimentos técnicos e os seus conceitos de ordem e de disciplina. Do ponto de vista da produção e sem considerar a questão da distribuição da renda, podia-se considerar essa organização superior a das pequenas propriedades, porque o fazendeiro, quase sempre elemento mais esclare-

cido e instruído, impõe uma técnica e um sistema de trabalho superiores aos que seriam adotados por seus empregados, se estivessem trabalhando, cada um deles, por conta própria. Toda via, ocorrem agora duas modificações no cenário da agricultura paulista. Os centros urbanos crescem enormemente, exigindo para o seu abastecimento, produtos como verduras e frutas, que não podem ser explorados economicamente pelas grandes propriedades. E, ao mesmo tempo, os preços das terras sobem assustadoramente, alta essa motivada pela procura de terra por parte de elementos não agricultores, que desejam investir o seu capital, receiosos de maior desvalorização do dinheiro. Desse modo, surge a necessidade de se intensificar a subdivisão das propriedades, o que infelizmente não pode ser concretizado por que os agricultores verdadeiros não podem adquirir essas terras, cujos preços subiram a níveis que não condizem com a rentabilidade de sua exploração. Conclui-se pois, que mesmo em São Paulo, que é o Estado da Federação onde menos se faz perniciosa a propriedade de grandes glebas, já se pode apontar a falta de melhor subdivisão das propriedades como um dos fatores responsáveis pela insuficiência de sua produção agrícola. Se o Estado de São Paulo contasse com maior número de "sítios de uma família" isto é, de propriedades com áreas suficientes para absorver o trabalho de uma família de agricultores, teria assegurado o aumento de sua produção de legumes, verduras e frutas, de que os seus centros urbanos tanto necessitam.

Outro fator por nós apontado, cuja influência poderá ser contestada, é aquele que diz respeito ao uso inadequado das terras. Os que não aceitam tal características como um dos elementos determinantes das dificuldades de nossa agricultura, poderão dizer que, se as terras não são melhor usadas, é por falta de meios, ou então, porque não dão lucro, e não havendo lucro, não há razão para continuar a produzir. Ainda que de um ponto de vista individual encontre-se argumentos para essa atitude, é necessário considerar que ela admite muitos abusos. Sabe-se que é enorme o número de indivíduos que fazem a vida, trabalhando em terras improdutivas, inferiores em qualidade, a essas que ficam abandonadas por não se mostrarem lucrativas aos proprietários. Ora, tal situação representa não só uma diminuição de produção para o país, como, também, e principalmente, uma injustiça para os pequenos agricultores.

tores, que não podendo deixar de trabalhar têm que continuar a cultivar as piores terras, obtendo dessa forma um rendimento inferior ao que poderiam obter se tivessem acesso a melhores áreas.

Poderá também não ser aceita a indicação da falta de melhores contratos de trabalho e de melhores sistemas de arrendamento, como um dos fatores responsáveis pela atual situação da agricultura. Ninguém põe em dúvida que é um fator essencial para uma melhor distribuição de renda entre os que trabalham; o que poderá suscitar dúvidas é a sua influência sobre a produção. Em nosso modo de ver, essa influência é bem nítida pois consideramos os reflexos que um sistema de feituoso de arrendamento exerce sobre a produção, em um período longo de tempo. E, sob esse aspecto, é certo que as melhores relações humanas entre empregados e empregadores e uma melhor conservação do solo, que são os apanágios de um bom sistema de contrato de trabalho e de arrendamento de terras, resultam sempre em um aumento de produção.

Apontar as causas é a primeira parte da história. A segunda é dizer como resolve-las. E isso não é fácil. Do modo como expusemos o problema, a solução não depende somente da melhoria dos preços e de abundância de créditos, que é o modo pelo qual se costuma equacionar o problema da lavoura. É verdade que uma política de melhores preços e de crédito abundante é essencial e imprescindível, mas, se os demais fatores que citamos não forem providenciados, os benefícios serão recebidos apenas pelos atuais proprietários das terras, agricultores ou não agricultores, e, mesmo esses, benefícios deixarão de alcançar os níveis que poderiam atingir se fossem complementadas com as demais medidas. Sabe-se, porém, que as soluções para algumas das causas por nos citadas implicam em grandes dificuldades. Resolver o problema do uso adequado das terras, por exemplo, envolve pontos de direito constitucional, tais como o da propriedade das terras, cujos conceitos precisam ser modificados, pois não é possível forçar um melhor uso das terras sem que se condicione o direito da propriedade ao uso que lhe é dado. Do mesmo modo

surtem dificuldades quando se tratam de questões relativas a melhoria de contratos de trabalho e de arrendamento de terra. São dificuldades de todos os lados e por isso não vamos entrar nesse campo. Não vamos dizer o que deve ser feito. Aqui estamos emitindo apenas a nossa opinião pessoal. Enumeramos os fatores que nos parecem responsáveis pela atual situação da agricultura e cujos efeitos devem ser combatidos. É esse o nosso ponto de vista. Cabe porém, a Secretaria Técnica, através das investigações que irá realizar, determinar se estamos certos quando apontamos esses fatores; cabe também a essa Secretaria, a função de estudar a forma de eliminá-los, dentro de um plano de conjunto. Essas são as finalidades da Secretaria Técnica que, graças a objetividade do Senhor Ministro da Agricultura e a clarividência do Senhor Presidente da República, foi criada juntamente com a nossa Comissão. Com o resultado de suas investigações poderemos no próximo futuro discutir as medidas que se fazem necessarias a melhoria de nossa agricultura, não mais com base em nossos próprios pontos de vista, mas, sim, com base no conhecimento dos fatos que foram determinados pelas investigações dessa Secretaria Técnica.

Para finalizar, Senhor Ministro, desejamos aproveitar a ocasião para manifestar a Vossa Excelência o nosso regozijo pela criação dessa Comissão que irá estudar a reforma agrária e coordenar as diretrizes da nossa política agrícola. Estamos agora nos expressando mais como cidadão egípcio dos problemas rurais, mas estamos certos de que toda a Comissão, assim como a maioria dos homens de pensamento, do Brasil, aplaudem conosco essa iniciativa. A exemplo do que tem sido feito nos velhos países da Ásia, conforme divulgam os trabalhos recentes da F.A.O., devemos tomar a iniciativa e executar uma reforma agrária, orientada de cima para baixo, antes que ela se inicie impulsionada de baixo para cima.

